


| | |
|---|--|
|  FRUKI BEBIDAS S. A. CNPJ 07.315.099/0001-07 | RELATÓRIO DA DIRETORIA |
| | Senhores Acionistas: Atendendo dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024, ficando desde já à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Lajeado (RS), 20 de março de 2025. A Diretoria |

| Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores em milhares de reais) | | | | | | | | | |
|--|------|-------------------|----------------|----------------|----------------|--|-----------|----------------|----------------|
| ATIVO | Nota | Balço Patrimonial | | | | Demonstração do Resultado do Exercício | | | |
| | | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| CIRCULANTE | | 230.255 | 224.982 | 176.141 | 142.789 | RECEITA LIQUIDA | 17 | 627.819 | 468.018 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 52.290 | 85.711 | 76.946 | 205 | Custo dos produtos vendidos | 18 | (274.977) | (209.166) |
| Clientes | 6 | 99.444 | 80.658 | 16.120 | 72.746 | LUCRO BRUTO | | 352.842 | 258.852 |
| Estoque | 7 | 61.821 | 39.093 | 20.375 | 13.221 | Despesas com vendas | 18 | (217.828) | (169.643) |
| Adiantamentos | | 2.397 | 1.704 | 20.639 | 19.250 | Despesas gerais e administrativas | 18 | (57.197) | (48.522) |
| Impostos a recuperar | 8 | 8.600 | 11.253 | 23.520 | 23.428 | Outros resultados operacionais | 20 | 4.115 | 2.248 |
| Outros créditos | | 5.703 | 6.563 | 5.784 | 4.876 | LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 81.932 | 52.935 |
| NÃO CIRCULANTE | | 373.708 | 279.035 | 181.082 | 155.040 | Resultado financeiro líquido | 19 | (4.101) | 4.204 |
| Aplicação financeira | 5 | 790 | 255 | 172.691 | 147.366 | RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES | | 77.831 | 57.139 |
| Depósitos judiciais | 13 | 1.223 | 1.731 | 172.691 | 147.366 | Imposto de renda e contribuição social corrente | 14 | (22.832) | (17.909) |
| Impostos a recuperar | 8 | 7.259 | 6.348 | 5.956 | 4.671 | Imposto de renda e contribuição social diferido | 14 | (1.285) | (1.446) |
| Investimentos | | 32 | 25 | 366 | - | LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 53.714 | 39.376 |
| Imobilizado | 9 | 364.273 | 270.545 | 246.740 | 205.983 | Lucro líquido por ação (em reais) | | 10,46 | 7,66 |
| Intangível | | 131 | 131 | 166.780 | 137.207 | | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 603.963 | 504.017 | 39.003 | 39.003 | Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício | | 2024 | 2023 |
| | | | | 48.957 | 48.957 | Lucro Líquido do exercício | | 53.714 | 39.376 |
| | | | | 603.963 | 504.017 | Resultado abrangente total do exercício | | 53.714 | 39.376 |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | | | | | | | |
|---|----------------|---------------------|-----------------------------|---------------|------------------------|-------------------|----------|---|---------------|---------------|
| Saldo em 31/12/2022 | Capital Social | Ações em tesouraria | Reserva de Incentivo Fiscal | Reserva Legal | Res. lucros e expansão | Lucros Acumulados | Total | Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) | | |
| | | | | | | | | 2024 | 2023 | |
| 120.087 | 17.320 | - | 38.668 | 1.166 | 16.254 | - | 175.975 | Fluxo de caixa das atividades operacionais | 2024 | 2023 |
| - | - | - | - | 1.969 | (1.166) | 39.376 | - | Fluxo líquido antes do imposto de renda e contribuição social | 77.831 | 57.139 |
| - | - | - | 335 | - | - | (1.166) | - | Ajustes em: | | |
| - | - | - | - | - | - | 39.376 | 39.376 | Depreciação e amortização | 23.995 | 15.031 |
| - | - | - | - | - | - | (1.166) | - | Provisão para devedores duvidosos | 1.520 | 1.285 |
| - | - | - | - | - | - | (335) | - | Provisão para riscos | (934) | (625) |
| - | - | - | - | - | - | (100) | (100) | Provisão para participação de administradoras | (566) | (290) |
| - | - | - | - | - | - | (9.268) | (9.268) | Juros sobre empréstimos | 6.156 | 2.582 |
| - | - | - | - | - | - | (27.804) | (27.804) | Despesas com vendas | (8.593) | (335) |
| 137.407 | 29.573 | (200) | 39.003 | 1.969 | 27.804 | - | 205.983 | Despesas gerais e administrativas | 20.115 | 11.723 |
| - | - | - | - | - | - | - | - | Outros resultados operacionais | 4.115 | 2.248 |
| - | - | - | - | - | - | - | - | Outros resultados operacionais | 4.115 | 2.248 |
| - | - | - | - | - | - | - | - | Resultado financeiro líquido | (4.101) | 4.204 |
| - | - | - | - | - | - | - | - | LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 81.932 | 52.935 |
| - | - | - | - | - | - | - | - | Resultado financeiro líquido | (4.101) | 4.204 |
| - | - | - | - | - | - | - | - | RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES | 77.831 | 57.139 |
| - | - | - | - | - | - | - | - | Imposto de renda e contribuição social corrente | (22.832) | (17.909) |
| - | - | - | - | - | - | - | - | Imposto de renda e contribuição social diferido | (1.285) | (1.446) |
| - | - | - | - | - | - | - | - | LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 53.714 | 39.376 |
| - | - | - | - | - | - | - | - | Lucro líquido por ação (em reais) | 10,46 | 7,66 |
| 166.980 | - | (200) | 39.003 | 2.686 | 38.271 | (38.271) | 246.740 | | | |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023 (As notas explicativas integram demonstrações financeiras)

1. Informações sobre a Companhia
 A Fruki Bebidas S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à ROD BR 386, KM 346, s/nº, no Bairro Hidráulica em Lajeado - RS, fundada em 29/04/1924, tem como atividade preponderante a fabricação de bebidas, comércio de produtos próprios ou de terceiros; prestação de serviços de industrialização por encomenda, explorando ainda atividades agropastoris.
 A Administração entende que não houve eventos e transações que tenham impacto relevante na performance operacional que devam ser consideradas em divulgações adicionais de notas explicativas, além daquelas já existentes, também não vislumbra impactos que possam afetar a continuidade das operações e dos negócios.
 Em 24 de abril de 2024 foi deliberado em ASGE, a alteração da razão social da Companhia que deixa de ser Bebidas Fruki S.A. e passa a ser Fruki Bebidas S.A.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras
 As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
 As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.
 Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
 As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de recuperação de operações, análise de risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias.
 A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao longo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.
 Como o objetivo de obter melhor apresentação e manter a comparabilidade dos saldos, alguns valores do exercício anterior foram reclassificados para uma melhor comparabilidade.
 As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 20 de março de 2025.

3. Principais práticas contábeis
a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira
 As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.
b) Caixa e equivalentes de caixa
 Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
c) Clientes
 Apresenta os valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.
d) Estoques
 Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:
Materiais-primas, materiais auxiliares e de manutenção - custo de aquisição segundo o custo médio.
Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
 O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.
 As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.
e) Imobilizado
 Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado e reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
 Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
 A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, mencionadas na Nota 9. Terrenos não são depreciados.
 Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.
 Em novembro de 2023 a Companhia iniciou a revisão da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado da Unidade de Paverama e os novos prazos foram implementados em abril de 2024, conforme Laudo 229/2023.
f) Arrendamento
Ativos de direito de uso
 A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento.
 O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, os custos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.
Passivo de arrendamento
 Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o

prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.
Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor
 Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.
Ativo recuperável de ativos
 A Administração revisa periodicamente a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
 O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Reconhecimento da receita
 O CPC 47- Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:
 (i) A identificação do contrato com o cliente;
 (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
 (iii) A determinação do preço da transação;
 (iv) A alocação do preço da transação; e
 (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.
 Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:
Venda de produtos
 A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.
Receita de juros
 Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.
Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:
 (i) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for o principal motivo para a aquisição, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
 (ii) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
 (iii) O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.
 As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| Impostos e contribuições | Sigla | Alíquotas | |
|---|----------------------|-----------------|-----------------|
| | | Varejistas | Distribuidor |
| Programa de Integração Social | PIS | 1,65% / 1,86% | 1,65% / 2,32% |
| Contribuição Seguridade Social | COFINS | 7,6% / 8,54% | 7,6% / 10,68% |
| Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços | ICMS - interno | 17,00% até 25% | 17,00% até 25% |
| | ICMS - interestadual | 12,00% | 12,00% |
| | FCP - cerveja (RS) | 2,00% | 2,00% |
| Impostos s/ Prod. Industrializados | IPI | 0,98% até 2,93% | 1,30% até 3,90% |

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.
Imposto de renda e contribuição social - correntes
 O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$40 mil por período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.
 As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo corrente ou no passivo diferido de acordo com a previsão de sua realização.
Imposto de renda e contribuição social - diferidos
 Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.
 Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido é o principal motivo para a aquisição do ativo ou passivo. O reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
 Impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante e são mensurados à base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
Instrumentos financeiros
 Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.
 O principal motivo para a aquisição de instrumentos financeiros é a aquisição de ativos e passivos de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e financiamentos. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.

Fluxo de caixa das atividades operacionais
 Fluxo de caixa das atividades operacionais
 Fluxo líquido antes do imposto de renda e contribuição social
 Ajustes em:
 Depreciação e amortização
 Provisão para devedores duvidosos
 Provisão para riscos
 Provisão para participação de administradoras
 Juros sobre empréstimos
 Despesas com vendas
 Despesas gerais e administrativas
 Variação de ativos e passivos:
 Contas a receber
 Estoques
 Adiantamentos
 Impostos a recuperar
 Outros créditos
 Fornecedores
 Obrigações sociais e trabalhistas
 Obrigações tributárias
 Outras contas a pagar
 Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais
 Fluxo de caixa das atividades de investimentos
 Investimentos
 Adições imobilizado
 Aplicação financeira
 Fluxo de caixa gerado pelas atividades de invest.
 Fluxo de caixa das atividades de financiamento
 Financiamentos/arrendamentos tomados
 Pagamento financiamentos/arrendamentos
 Benefício integral RS
 Dividendos pagos
 Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento
 Aumento (redução) liq. de caixa e equivalente de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa início do período
 Caixa e equivalentes de caixa final do período

Instrumentos financeiros derivativos
 A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de câmbio e de commodities, para proteger-se contra seus riscos de oscilação dos valores. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.
k) Subvenções governamentais
 Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.
 Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.
l) Provisões
 As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.
m) Novas normas de contabilidade
 Não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referente a novas normas ou alterações de normas contábeis vigentes a partir deste exercício. Não existem novas normas emitidas ou alterações de normas vigentes que ainda não tenham sido adotadas pela Administração. Adicionalmente, a Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alterações que tenham sido emitidas, mas ainda não sejam vigentes.
 Adicionalmente, elencamos abaixo as normas e interpretações novas e as alterações de normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.
Norma nova e normas alteradas
IFRS 18: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statement (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 só entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Invest em coligada, em controlada e empreendimento controlado
 Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. >>> Continua

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal A Hora Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código B3E5-3565-B7BB-92A7.

F R U K I B E B I D A S S . A . - CNPJ 87.315.099/0001-07 - Demonstrações Financeiras Encerradas em 31.12.2024 e 31.12.2023

Continuação >>>>>>>>

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, o CPC emitiu a Revisão de 2024, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB...

Nota 9 - Imobilizado
Custo do imobilizado e intangível
Terrenos 11.551

Table with columns: Terrenos, Edificações, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos, 2024, 2023

Table with columns: Vasilhames, Construções em andamento, Adiantamentos a fornecedores, Beneficiárias, Outros bens, Total, 2024, 2023

A Empresa apresenta as normas novas e alteradas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas...

Nota 4 - Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas...

Estimativas e premissas
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço...

Nota 5 - Caixa e equivalente de caixa e aplicação financeira
Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e bancos 853

Nota 6 - Clientes
Composição dos saldos
Mercado interno 125.708

Nota 7 - Estoques
Materias primas 18.232
Produto em elaboração 7.921

Nota 8 - Impostos a Recuperar
ICMS imobilizado 7.351
ICMS diversos 256

Nota 9 - Obrigações tributárias
Imposto de renda e contribuição social 8.520
ICMS a pagar 15.520

Nota 10 - Provisão para litígios e depósito judicial
Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisões para riscos contingenciais...

Nota 11 - Provisão para litígios e depósito judicial
Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisões para riscos contingenciais...

Nota 12 - Provisão para litígios e depósito judicial
Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisões para riscos contingenciais...

Nota 13 - Provisão para litígios e depósito judicial
Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisões para riscos contingenciais...

Nota 14 - Imposto de renda e contribuição social
Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

Nota 15 - Partes relacionadas
Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, bem como as transações que influenciam o resultado do exercício...

Nota 16 - Partes relacionadas
Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, bem como as transações que influenciam o resultado do exercício...

Nota 17 - Receita líquida
Vendas de produtos 84.025
Contratos de fidelidade (15.565)

Nota 18 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 19 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 20 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 21 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 22 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Remuneração total do pessoal-chave da Administração
A Companhia não pagou as suas pessoas chave da Administração, remuneração em outras categorias de (i) benefícios de longo prazo...

Nota 10 - Fornecedores
Composição dos saldos
Fornecedores nacionais 76.946

Nota 11 - Empréstimos e financiamentos
Encargos
FINAME (i) 2,8% a 12,75%

Nota 12 - Obrigações tributárias
Imposto de renda e contribuição social 8.520
ICMS a pagar 15.520

Nota 13 - Provisão para litígios e depósito judicial
Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisões para riscos contingenciais...

Nota 14 - Imposto de renda e contribuição social
Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

Nota 15 - Partes relacionadas
Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, bem como as transações que influenciam o resultado do exercício...

Nota 16 - Partes relacionadas
Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, bem como as transações que influenciam o resultado do exercício...

Nota 17 - Receita líquida
Vendas de produtos 84.025
Contratos de fidelidade (15.565)

Nota 18 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 19 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 20 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 21 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 22 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 16 - Patrimônio líquido
Capital social
Em 31 de dezembro de 2024 o capital social totalmente subscrito e integralizado era de R\$160.980...

Nota 17 - Receita líquida
Vendas de produtos 84.025
Contratos de fidelidade (15.565)

Nota 18 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 19 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 20 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 21 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 22 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 23 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 24 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 25 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 26 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 27 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 28 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 29 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 30 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 31 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 32 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 33 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 34 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 35 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Nota 36 - Despesas por natureza
Despesas por função
Custo dos produtos vendidos (274.977)

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal A Hora Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br/443 e utilize o código B3E5-3565-B7BB-92A7.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/B3E5-3565-B7BB-92A7> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B3E5-3565-B7BB-92A7



Hash do Documento

59550A49730875EA3A3EAC000E9049545086F11CBD75CD2B74ADB1551AA98EA0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2025 é(são) :

- Adair Gilberto Weiss (Diretor Executivo) - 04.280.850/0001-41 em
14/04/2025 16:57 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL A HORA LTDA -
04.280.850/0001-41

